



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE**

YGOR INACIO SILVA

**OS ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOS
PROFISSIONAIS E PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL**

**Vitória de Santo Antão
2021**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE**

YGOR INACIO SILVA

**OS ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOS
PROFISSIONAIS E PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL**

TCC apresentado ao Curso de Bacharelado em Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Educação Física.

Orientadora: Prof^a Dr^a Solange Porto
Coorientadora: Prof^a Drnd^a Ana Paula Melo

Vitória de Santo Antão

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

Deve ser solicitada à Biblioteca Setorial do CAV após a apresentação e correções finais do trabalho.

Catálogo na Fonte

Sistema Integrado de Bibliotecas da UFPE. Biblioteca Setorial do CAV.
Bibliotecária Ana Lígia F. dos Santos, CRB4/2005

S856e Silva, Ygor Inacio.

Os estudos de gênero e sexualidade na formação e atuação dos profissionais e professores de educação física no Brasil / Ygor Inacio Silva - Vitória de Santo Antão, 2021.

46 folhas.

Orientadora: Solange Porto.

Coorientadora: Ana Paula Melo.

TCC (Bacharelado em Educação Física) - Universidade Federal de Pernambuco, CAV, Bacharelado em Educação Física, 2021.

Inclui referências.

1. Estudos de Gênero. 2. Sexualidade. 3. Capacitação Profissional. 4. Educação Física. I. Porto, Solange (Orientadora). II. Melo, Ana Paula (Coorientadora). III. Título.

796.071 CDD (23.ed.)

IBCAV/UFPE - 033/2021

YGOR INACIO SILVA

**OS ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOS
PROFISSIONAIS E PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL**

TCC apresentado ao Curso de Bacharelado em Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Educação Física.

Aprovado em: 30/04/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Drnd^a. Ana Paula Melo (Coorientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Emília Chagas Costa (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Esp. Fernando de Lima (Examinador Externo)
Universidade de Pernambuco

Dedico esse trabalho aos corpos que
destoam, aos excluídos e marginalizados.
Dai voz ao povo e o povo gritará.

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo a minha mãe, por acreditar em mim e por nunca ter desistido de lutar comigo. Sem ela e sem o programa de interiorização do ensino superior, e as políticas de assistência estudantil eu não teria conseguido chegar até aqui.

As minhas orientadoras Solange Porto e Ana Paula Melo, que direcionaram o meu olhar desde o início do curso até a conclusão desse trabalho, para horizontes até então desconhecidos. Obrigado pela paciência e por todos os conhecimentos construídos.

A minha banca avaliadora composta pela professora Emília Chagas, e pelo meu companheiro de luta e profissão Fernando de Lima, que se fizeram presentes no meu processo de formação pessoal e profissional.

Aos amigos que fiz nessa jornada acadêmica, Adna Elayne, Ana Beatriz, Ana Risoflora, Amanda Gomes, Bruna Iasmin, Elimar Vitalino, José Augusto, Lenildo Sena, Luiz Carlos, Maria Fernandes, Victor Arruda, Susane Lindinalva e Raphael Dantas que foram ombro, colo e aconchego nos melhores e piores momentos. E a todos que pude criar vínculos nesses anos residindo em Vitória de Santo Antão.

Aos velhos amigos de São Bento do Una que nunca largaram minha mão, mesmo estando distantes, Milena Oliveira, Kele Ferreira e Wbianquiny Silva.

Espero poder utilizar bem as ferramentas que me foram ofertadas até aqui, seguindo com o compromisso de nunca desistir de lutar pelo que sou e acredito.

“Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 1996, p. 45).

RESUMO

Este trabalho se trata de uma revisão narrativa da literatura, com trabalhos publicados entre os anos de 2011 e 2020. O objetivo do estudo foi identificar as contribuições dos estudos e teorias de gênero e sexualidade no processo de formação e atuação dos profissionais e professores de Educação Física (EF) no Brasil. Os resultados obtidos demonstram um aumento crescente de publicações sobre a temática, bem como, disciplinas voltadas para esses debates em alguns cursos de nível superior. Entretanto, ainda é possível identificar lacunas, erros epistemológicos, confusões de conceitos, e certa resistência à adesão desses temas nas salas de aula das Universidades e das escolas. O currículo de formação de profissionais e professores de EF ainda não preconiza os estudos de gênero e sexualidade como tema principal, ficando a critério dos discentes a busca pelo conteúdo, sendo colocado como tema transversal em disciplinas eletivas, na extensão universitária e nos debates extracurriculares. Esse cenário se concretiza na prática profissional com atitudes, discursos e condicionantes que demarcam lugares e exigem performances normativas, que segregam, marginalizam e excluem pessoas pelas suas identidades sexuais e de gênero que divergem do padrão social e cultural estabelecido.

Palavras-chave: Gênero e Sexualidade. Educação Física. LGBTIfobia. Esporte. Formação profissional.

ABSTRACT

This work is a narrative review of the literature, with works published between the years 2011 and 2020. The objective of the study was to identify the contributions of studies and theories of gender and sexuality in the process of formation and performance of professionals and teachers of Education Physics (EF) in Brazil. The results obtained demonstrate an increasing increase in publications on the subject, as well as, disciplines focused on these debates in some higher education courses. However, it is still possible to identify gaps, epistemological errors, confusions of concepts, and a certain resistance to the adhesion of these themes in the classrooms of Universities and schools. The curriculum for the training of PE professionals and teachers does not yet include gender and sexuality studies as the main theme, leaving the search for content at the discretion of the students, being placed as a cross-cutting theme in elective courses, university extension and extracurricular debates. This scenario is concretized in professional practice with attitudes, speeches and conditions that demarcate places and demand normative performances, which segregate, marginalize and exclude people due to their sexual and gender identities that diverge from the established social and cultural standard.

Keywords: Gender and Sexuality. Physical Education. LGBTIphobia. Sport. Professional qualification.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

(CBF) Confederação Brasileira de Futebol

(CBHb) Confederação Brasileira de Handebol

(CBV) Confederação Brasileira de Voleibol

(CID) Classificação Internacional de Doenças

(COI) Comitê Olímpico Internacional

(EF) Educação Física

(ENEFD) Escola nacional de Educação Física e Desporto

(IES) Instituições de Ensino Superior

(IG) Identidade de gênero

(IS) Identidade Sexual

(LGBTI+) Lésbicas, gays, bissexuais, pessoas transgnero e travestis e Intersexuais+

(MEC) Ministério da Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 OBJETIVOS	13
2.1 GERAL.....	13
2.2 ESPECÍFICOS	13
3 REFERENCIAL TEORICO	14
3.1 A EDUCAÇÃO FÍSICA E OS PROCESSOS PEDAGÓGICOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	14
3.2 GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO FÍSICA.....	16
3.3 O CORPO E OS PAPÉIS SEXUAIS E DE GÊNERO	18
4 METODOLOGIA.....	23
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	25
5.1 CURRÍCULO, FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS E PROFESSORES DE EF.....	26
5.2 PRÁTICAS GENERIFICADAS E OS PAPÉIS SEXUAIS E DE GÊNERO ESPERADOS	33
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

Para a construção do escopo deste trabalho precisaremos embarcar em uma viagem no tempo, para compreender como a Educação Física (EF) vem se consolidando no Brasil, e como os debates sobre gênero e sexualidade acompanham esta construção. Nos anos 60, diante de um contexto de lutas e reivindicações, os movimentos de homossexuais (como era denominado, antes de ser movimento LGBT+) e das feministas voltam a ganhar ainda mais força, com reivindicações que já aguçavam a estrutura social para uma revolução por liberdade e conquista de direitos sexuais, civis e reprodutivos.

As lutas desses movimentos vão refletir no campo acadêmico por vários fatores: primeiro porque a Universidade é um lugar de produção de conhecimento fortemente influenciado pelas lutas sociais; e segundo porque muitas das estudantes (e algumas professoras) que participaram dessas lutas percebem que não existem respostas a inúmeros questionamentos destes movimentos sociais, de maneira que se inicia um movimento, no interior das disciplinas, em busca de se encontrar o lugar das mulheres, até então invisível. (GROSSI, 1998, p. 2).

Segundo Ghiraldelli (1988, p. 11) a Educação Física surgiu no Brasil a partir das forças militares, das ciências médicas sanitárias, do esporte, e da pedagogia. Trazendo consigo características típicas de um percurso histórico marcado pela dominação masculina, pelo determinismo biológico e pelo patriarcado, onde a participação de mulheres e de pessoas assumidamente LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, transgêneros/travestis e intersexuais+) era inviabilizada, com justificativas de discurso científico para demarcar diferenças sociais, políticas e econômicas entre homens e mulheres. Dessa forma, a tradição da EF no Brasil atua reproduzindo um sistema de controle e de disciplina dos corpos, espelhados por um ideário burguês-patriarcal e fundamentalista que dita as modelagens sociais de um padrão corporal, sexual e de gênero dentro e fora das instituições.

Goellner (2005, p. 207) elucida melhor como essa dinâmica de discriminação e marginalização ocorre: “toma-se como verdade que homens e mulheres constroem o ser masculino e feminino pelas diferenças corporais biológicas e que essas diferenças justificam as desigualdades, atribuem funções sociais e determinam papéis a serem desempenhados por um ou outro sexo”, sem que se observem também as dimensões do seu contexto biográfico, familiar, cultural, social e subjetivo.

Deive (2020, p. 93) relata que somente nas décadas de 80 e 90 é que a EF começa a questionar e debater sobre a estrutura sociocultural a qual está inserida,

marcada pela predominância masculina nas suas instituições e pela rejeição dos corpos que estivessem fora dos padrões. Luz Júnior (2003) afirma que os estudos iniciais da área tinham foco nas questões de gênero na EF escolar, onde buscava-se questionar os estereótipos, os papéis sexuais e a distribuição dos alunos nas aulas mistas ou separadas por sexo.

O número de trabalhos acadêmicos e outras estratégias de inclusão desses temas têm crescido na área da EF, mas ainda é possível identificar lacunas, retrocessos, conservação de estereótipos e o reforço dos estigmas contra os gêneros e sexualidades que diferem do padrão estabelecido. Tendo como “um dos aspectos que contribuem para esse quadro, a ausência da discussão de gênero e sexualidade no contexto das disciplinas nos cursos de graduação em Educação Física” (CORREIA, 2008, p. 73).

Devide (2020, p. 98) já nos alertava que “silenciar-se enquanto espaço político e pedagógico, colabora para a manutenção do *status quo* que regula a exclusão de milhares de crianças, adolescentes, jovens e adultos de espaços sociais, em virtude de suas identidades de gênero e/ou sexual”.

Ao longo do estudo buscaremos articular os pontos que se relacionam com a nossa hipótese de que os estudos de gênero e sexualidade são ferramentas imprescindíveis no combate à discriminação sexual e de gênero na EF.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

Identificar as contribuições dos estudos de gênero e sexualidade na formação e atuação dos profissionais e professores de educação física no Brasil.

2.2 ESPECÍFICOS

- Identificar na literatura os trabalhos que reflitam sobre as teorias de gênero e sexualidade na área da Educação Física;
- Analisar a evolução e a inserção dos estudos de gênero e sexualidade na formação e atuação em Educação Física;
- Analisar os achados que relatam e refletem sobre a discriminação sexual e de gênero nos esportes.

3 REFERENCIAL TEORICO

3.1 A EDUCAÇÃO FÍSICA E OS PROCESSOS PEDAGÓGICOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Ao analisarmos o trajeto de consolidação da EF como área do conhecimento, é possível identificar alguns tensionamentos no que se refere aos seus conteúdos programáticos e a sua conformação como curso de nível superior. A sua implantação no Brasil, a partir do Decreto-Lei n.º 1.212, de 17/04/1939, com a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desporto – ENEFD (BRASIL, 1939) e sua disseminação posterior pelo país, conferiram moldes importantes para o que temos hoje. Esses arranjos iniciais foram fortemente embasados pela instituição militar e pelos conhecimentos biomédicos sobre o corpo, advindos dos séculos XVIII e XIX (MELO, 1996; BRACHT, 1999) engendrando dessa forma, nas estruturas curriculares e na atuação profissional, preceitos e condicionantes que vieram ao longo do tempo determinando traços do caráter, do comportamento, das funções sociais, dos espaços de pertencimento e das movimentações adequadas para homens e mulheres, legitimando a ideia do determinismo biológico (GARCIA e PEREIRA, 2019). Essas linhas teóricas acabam por reforçar o estigma de que as “normas comportamentais compartilhadas bem como as diferenças sociais e econômicas existentes entre os grupos humanos – principalmente de raça, classe e sexo – derivam de distinções herdadas e inatas” (GOULD, 1999, p. 4) quando isso nem é uma verdade em si.

Após algumas mudanças no cenário social, político e cultural, e a partir de reivindicações que foram surgindo ao longo dos anos de construção da EF, algumas outras influências advindas das ciências sociais e humanas se juntam ao currículo, justamente pelo fato de as alas biológica e militarista não conseguirem dar conta de todos os aspectos que envolvem o corpo e suas diversidades. Ainda que com

resistência à aceitação e ao reconhecimento desses novos moldes pedagógicos no campo da Educação Física, pelo pensamento de que essas novas reflexões causariam um descentramento, ou ainda descaracterização da área em questão, por realocar a importância dos traços biológicos em diálogo com aspectos socioculturais (GARCIA; PEREIRA, 2019, p. 165).

Nos dias atuais o curso possui duas modalidades em algumas instituições, a licenciatura e o bacharelado, que já estiveram juntas como uma única modalidade (plena), e após a última resolução de nº 6 de 2018 voltam a caminhar juntas novamente com um tronco comum (BRASIL, 2018).

O inciso I da resolução supracitada, publicada no Diário Oficial da União e que regulamenta o novo formato dos cursos, preconiza um tronco comum em que sejam trabalhados os conhecimentos biológicos, psicológicos e socioculturais do ser humano (a exemplo do fisiológico, biomecânico, anatômico-funcional, bioquímico, genético, psicológico, antropológico, histórico, social, cultural e outros), enfatizando a aplicação à Educação Física. Contudo, em nenhuma parte do documento há uma especificação direta para a inclusão e discussão dos estudos de gênero e sexualidade na grade curricular das Instituições de Ensino Superior (IES), e mesmo entrando como subtemas de algumas disciplinas, isso demonstra ainda um enfraquecimento ou até mesmo um silenciamento do debate dentro da EF (BRASIL, 2018).

Segundo Deive (2020) uma disputa iniciou-se em 2014, na elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), onde o texto mencionava a superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, sexual e de gênero. O Senado Federal, pressionado por grupos conservadores, modificou o texto final, indicando apenas a necessidade de “erradicação de todas as formas de discriminação” (BRASIL, 2014). “Tais documentos oficiais suprimem e silenciam o debate sobre Gênero no PNE e em alguns Planos Estaduais e Municipais” (DEIVE, 2020, p.100). Por outro lado, o Ministério da Educação (MEC) atuava legislando para que os cursos de Licenciatura do país garantissem conteúdos sobre diversidade sexual e de gênero, o que legitima a relevância da abordagem desses temas na formação de professores do país, para que possam tratá-los de forma adequada em seu fazer pedagógico (DEIVE, 2020, p.100).

Dentro das Instituições de Ensino Superior, é possível observar um aumento no número de ferramentas e estratégias para o debate sobre gênero e sexualidade, a exemplo dos cursos de extensão, palestras, eventos, atuação dos grupos de pesquisa, programas de graduação e pós-graduação. Essas, dentre outras estratégias, têm possibilitado algumas reflexões importantes acerca do assunto (RIZZA *et al.* 2016).

Quando analisadas a quantidade de disciplinas ofertadas para diversos cursos de nível superior, em Universidades Federais do Brasil em 2016, os números da Educação Física aparecem bem tímidos, tendo em vista a quantidade total de cursos. Dentre os cursos analisados no estudo, apenas um na modalidade do

Bacharelado e cinco na Licenciatura dispunham de disciplinas que tratam das questões de cuidados com o corpo, diversidade sexual, de raça, de etnia e de gênero (RIZZA *et al.* 2016).

Faz-se necessário recorrer à análise histórica de construção da EF, para compreender como ao longo do tempo alguns marcadores têm se mantido presentes na formação e atuação de profissionais e professores, interferindo diretamente nas vidas e nas carreiras profissionais de todos os indivíduos envolvidos neste processo. O currículo, como fonte de orientação do fazer pedagógico, tem significado importante quando tratamos de temas como os de gênero e sexualidade, pois esses são processos que se articulam através da transformação de estruturas construídas social, cultural e historicamente. Assim como dizia Bracht (1999, p.81) “é preciso ter claro que a própria utilização de um novo referencial para entender o movimento humano está na dependência da mudança do imaginário social sobre o corpo e as atividades corporais”.

3.2 GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO FÍSICA

Os estudos de gênero e sexualidade buscam um rompimento com o essencialismo biológico e com a falsa validade de diferenças sociais e institucionais entre homens e mulheres. Para que seja possível questionar e subverter validações hierárquicas, reconhecendo que tanto os dados da Biociência quanto os das Ciências Sociais e Humanas são importantes e necessários para a área (BRACHT, 1999). Para compreender com maior facilidade os conceitos de gênero e sexualidade, utilizaremos os propostos por Louro (1999, p.29) que define gênero, como: “a construção cultural do sexo, ou como condição social pela qual somos identificados como masculino e feminino, englobando diferentes processos de produção de masculinidades e feminilidades”. E sexualidade como: “uma construção histórica e social e não como algo que é inerente ao ser humano, esta envolve uma série de crenças, comportamentos, relações e práticas que permitem a homens e mulheres viverem, de determinados modos, seus desejos (afetivos e eróticos) e seus prazeres corporais”.

Segundo Iwamoto (2019, p.5):

orientação sexual, se distingue em várias possibilidades de acordo com o interesse afetivo-sexual das pessoas, podendo ser heterossexual, homossexual, bissexual, pansexual, assexuado e outros. Identidade de gênero aborda a conformidade de gênero e como a pessoa se identifica, podendo ser cisgênera ou transgênera

Acompanhando um percurso histórico de levantes populares e reivindicações, a Educação Física vem abrindo espaço para reflexões mais profundas sobre os corpos, e como estes se apresentam e são representados no âmbito social. Agindo em contraponto a uma estrutura organizada desde a sua gênese, a partir dos estudos das escolas sueca, alemã e francesa, onde eram atribuídas fortes percepções de higienismo e militarismo, em que utilizava-se o exercício para preservar a higiene física e moral, sujeitando os indivíduos às orientações de ordem anátomo-fisiológicas em prol da ordem e progresso e dos “cabrestos” do governo (DARIDO; RANGEL, 2011).

Os resultados da revisão de Deive *et al.* (2011, p. 95) afirmam que os estudos de gênero e sexualidade na EF aumentaram substancialmente a partir da década de 90, devido “a consolidação de projetos de pesquisa em programas de pós graduação *stricto sensu*, além de teses, dissertações, livros e artigos.”, mas ainda focadas em sua maioria apenas no debate sobre mulheres. A inserção dessas linhas teóricas advindas da filosofia, das ciências sociais, antropológicas e psicanalíticas na EF vem quebrando alguns paradigmas com relação aos corpos diversos que a compõe, ampliando assim o campo da visão, para a subjetividade, a pluralidade e o contexto biográfico dos indivíduos envolvidos.

Segundo Luz Júnior (2003), as produções acadêmicas e os debates sobre gênero na Educação Física dos anos 80 e 90 se organizavam em duas correntes principais: a marxista, que questionava o lugar das mulheres numa sociedade composta por classes sociais, a propriedade privada, e já apontavam para um sistema de “hierarquia de dominação-submissão”; e a corrente culturalista com influências de Michel Foucault, que investigam a diversidade cultural e indetitária. Já a corrente pós-estruturalista surge a partir da segunda metade do século XX, servindo para ampliar os debates e estudos relacionados com identidades de gênero e identidades sexuais. Em sequência a Teoria Queer de Judith Butler, se soma a outras teorias que visam dar conta das problemáticas envolvidas nesses processos, mas dessa vez se afastando do modelo binário de representação de gênero (homem e mulher). Mais tarde os tópicos: história das mulheres, gestão esportiva,

representações sociais, masculinidades, mídia esportiva e olimpismo começam a surgir na literatura (LUZ JÚNIOR, 2003).

Os nomes mais citados nos estudos de gênero e sexualidade na Educação Física brasileira no período analisado por Devide *et al.* (2011, p. 95) são: Joan Scott, Judith Butler e Guacira Louro, com reflexões que vêm ampliando o campo de estudos, focando na noção da existência e no respeito às identidades plurais. Atuando como um movimento contra-hegemônico ao patriarcado, ao sexismo e ao essencialismo biológico, tidos como processos que se relacionam através da dominação/submissão, construídos exclusivamente através dos contextos sociais e culturais.

Goellner (2005) já elucidava o quanto era e ainda é possível identificar diferenças políticas, institucionais e econômicas, quando comparados os contextos de homens e mulheres nos esportes. Onde ao longo da história é possível observar os distintos incentivos, apoios, visibilidades, oportunidades, e as relações de poder conferidos a mulheres e homens, tanto na participação, quanto na gestão e administração.

Sobre os estudos de gênero e sexualidade na EF Goellner (2001; 2005) afirma que estes ainda estão sendo construídos na área, tendo em vista que apresentam equívocos epistemológicos, analíticos, conceituais e políticos, sem que se trabalhe gênero como construto social, cultural, histórico e relacional.

Compreendendo que este contexto dentro das estruturas que compõem a EF é um processo sociohistoricocultural, faz-se necessário repensá-los e ampliá-los. Para isso, precisaremos debater sobre como esses sistemas de discriminação ocorrem e se disseminam na área estudada.

3.3 O CORPO E OS PAPÉIS SEXUAIS E DE GÊNERO

Para iniciarmos o debate dessa seção, iremos trabalhar alguns elementos importantes, presentes na constituição dos corpos, nos discursos que se constroem acerca deles e de suas relações com o mundo e com os outros. Como questões norteadoras, provoco: o que é corpo? O que um corpo precisa ter para ser validado enquanto corpo? E o que são corpos destoantes? Tentaremos articular algumas proposições importantes para responder a essas questões e/ou ampliar os limites do questionável. Sem que haja pretensão de encerrar aqui o assunto, pois ele se

estende para questões que não daríamos conta de resolver somente com este trabalho.

Le Breton (1953) em seu livro “A sociologia do corpo” evoca questionamentos do que seria corpo e de como a sociedade tem papel fundamental no discurso que é tomado sobre ele. Ele o define inicialmente como uma “ficção culturalmente eficiente e viva”, que é fruto do discurso de um tempo e um lugar indistinguível da identidade desses corpos. Sendo este “um objeto ambíguo e efêmero, que incentiva questionamentos muito mais do que construir certezas”.

O corpo é uma linha de pesquisa e não uma realidade em si”. Sendo “preciso então marcar o distanciamento da sociologia de Durkheim, segundo a qual o corpo é estritamente redutível ao biológico. O conhecimento biomédico representa uma espécie de verdade universal do corpo que uma parte das sociedades humanas não conseguiu adquirir” e complementa “o corpo é também uma construção simbólica (LE BRETON, 1953, p.33).

Então, se considerarmos o fato de que o corpo é uma construção simbólica da linguagem, da literatura, da ciência, do social e das diferentes culturas e tempos, podemos visualizar que não há uma essencialidade no que definimos hoje enquanto corpo e nem em como esse corpo vai expressar o seu gênero e sua sexualidade.

Depois do advento do iluminismo, onde o corpo foi colocado ou realocado ao centro das questões do pensamento crítico, emergiu uma série de proposições e definições sobre o objeto de análise. Ora definindo-o como uma máquina orgânica perfeita, com estruturas agrupadas em sistemas que regem o seu funcionamento, ora como campo de subjetividades, significações e questões que atravessam o imaginário social. Ao tomar o corpo como ficcional, Le Breton provoca a refletir sobre uma construção simbólica e cultural que esse “significante” possui (LE BRETON, 1953, p.32).

Os questionamentos que o campo sociológico faz acerca do corpo estão intimamente ligados aos nossos objetos de pesquisa, onde o corpo é o objeto de manejo e pesquisa da Educação Física, e é também o centro das discussões de gênero e sexualidade. Ambos operam com suas significações acerca do construto social ou dominante de corpo, bem como, de suas relações com a sociedade, a cultura e o tempo.

Esses significados e símbolos criados e discursados nas áreas médica, biológica, social e cultural levantaram questões, estipularam verdades sobre o corpo e emitiram receitas de como este deveria se relacionar de forma “correta” com o

meio externo, para a obtenção da saúde, do bem-estar social e pela preservação de papéis e identidades sexuais e de gêneros tidas como determinantes aos seres humanos (FOUCAULT, 1976).

Em sua obra intitulada “Sexo e temperamento em três sociedades primitivas” de 1935, a antropóloga Margareth Mead analisa o temperamento de homens e mulheres de três sociedades da Nova Guiné, onde identifica modificação nos padrões, quando comparados aos comportamentos estabelecidos nas sociedades ocidentais. Em uma delas as mulheres tinham traços associados ao temperamento masculino, “de conduzir o barco e ter a cabeça fria”, e os homens traços ditos femininos “menos capazes e mais emotivos”. Essa dinâmica de organização e de características físicas e morais, divergentes do modelo ocidental, elucidam bem como essas definições são dependentes muito mais de um contexto cultural e social do que de uma inscrição natural que confere a homens e mulheres um destino biológico.

Beauvoir (2016) descreve no livro “O segundo sexo: fatos e mitos” o percurso histórico da construção de marcadores da diferença social entre homens e mulheres, estabelecendo um paralelo desde o período da incrementação da agricultura até os dias atuais. Ela resgata algumas reflexões interessantes da construção estrutural da família, da divisão do trabalho, da criação dos filhos e do casamento. Apontando que desde essas matrizes primitivas de organização social é possível identificar diferenças sociais e institucionais conferidas a homens e mulheres. Elencando diversos cenários e autores que realizam a manutenção da figura do homem como centro, e da mulher como o “outro”.

Essas concepções carregam consigo alguns elementos de base religiosa, cultural e social. Se utilizarmos a bíblia para análise do discurso sobre os papéis sociais de homens e mulheres, da criação do mundo e de Adão e Eva, conseguiremos visualizar facilmente um norte estrutural que coloca o “primeiro homem” criado com o barro, carregando a essência da humanidade e a “primeira mulher” sendo criada a partir da costela de Adão, ou seja, um produto secundário, criado para satisfazer as necessidades do homem e para procriar. Quando Eva come do fruto proibido e induz Adão a fazer o mesmo, ela é colocada mais uma vez no lugar de fragilidade e de complacência com o mal. Então essas bases estruturais disseminadas há séculos na sociedade, desenham lugares, atribuições e

significados que são utilizadas para legitimar desigualdades (OLIVEIRA, 2018). Mesmo que também estejam em constante transformação, como por exemplo, o caso bastante reportado no mundo todo do atual papa abençoando casais homoafetivos (PAPA..., 2020).

Ao tratar da biologia, Beauvoir (2016, p.132) afirma: “como não limitam mais seus direitos como filha, esposa, irmã, é como sexo que lhe recusam a igualdade com o homem, pretextando, para dominá-la, ‘a imbecilidade, a fragilidade do sexo’”.

Se antes o patriarcado, os moldes da família tradicional e a criação dos filhos eram tidos como base para demarcar diferenças, após a inserção da mulher no mercado de trabalho e com as guerras mundiais que aconteceram no século passado, junto com a revolução industrial, demandaram-se outras formas de manter as rédeas que cercam o mundo feminino. Agregando valores de inferioridade, muitas vezes advindos do campo biológico e fisioanatômico, como mais uma tentativa de justificar as posições e estereótipos sexuais e de gênero (BEAUVOIR, 2016).

Em estudo desenvolvido por Furtado e Camilo (2016) ao analisar o conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault, eles descrevem duas formas de expressão do biopoder e como eles se articulam nas relações sociais. Um deles é voltado à disciplina, ao pensamento do corpo como uma máquina, visando seu adestramento. “Corpos obedientes e medicalizados, punidos se preciso, cuja força produtiva disponível oferece-se à utilização.”. E o outro polo é a biopolítica que

tem como seu objeto a população de homens viventes e os fenômenos naturais a ela subjacentes. Regula e intervém sobre taxas de natalidade, fluxos de migração, epidemias, longevidade. Não é um poder individualizante, como as disciplinas, mas massifica os indivíduos a partir de sua realidade biológica fundamental (FURTADO; CAMILO, 2016, p.37).

Essas concepções de Foucault nos dão margem para pensar em como vivemos nos dias de hoje, com profundas relações de biopoder e biopolítica, em que se configura o adestramento de corpos, subjetividades e vidas. O discurso dominante, dos detentores do “saber-poder” de Foucault, regulam as relações humanas através da política, da religião, da cultura e do discurso científico (FURTADO; CAMILO, 2016).

Os corpos que destoam desses modelos de espelhamento fornecido e reforçado pela burguesia, são aqueles que rompem com as instancias dominantes de poder, são corpos que outrora foram renegados da vida pública, patologizados pela Classificação Internacional de Doenças (CID), desalmados pela religião,

marginalizados no mercado de trabalho, explorados pela burguesia, são os corpos com deficiência, de pessoas negras, de mulheres, de homo e bissexuais, de pessoas transgênero e travestis que ao longo da história vêm sendo retaliados, escravizados, explorados, inferiorizados e subvertidos à marginalização.

Na história do esporte nacional e internacional, essas diferenças são notadas sem muito esforço, os corpos que destoam das regras e dos papéis sexuais e de gênero idealizados pela sociedade vêm resistindo para reivindicar um espaço que por muito tempo lhes foi negado.

Segundo a Rede Nacional do Esporte (2018) mesmo os primeiros jogos olímpicos da modernidade tendo sido iniciados em 1896, somente em 1936 que as mulheres foram inscritas oficialmente nas modalidades olímpicas e com direito a medalhas. A presença de mulheres não aconteceu de forma generalizada e em todas as modalidades de uma só vez, foi acontecendo gradativamente por meio de reivindicações e lutas dentro do ambiente dos esportes. Em se tratando da participação de pessoas assumidamente LGBTI+, essa conquista ainda encontra diversos percalços e preconceitos estruturais.

4 METODOLOGIA

Este trabalho se caracteriza como um estudo qualitativo, desenvolvido a partir da revisão narrativa da literatura e da análise descritiva. Para a coleta do material de estudo foram utilizadas as bases de dados Scielo e Google Acadêmico, realizando o cruzamento das palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Educação Física, LGBTIfobia, Esporte e Formação profissional. Como complemento da pesquisa, foram analisados os decretos de regularização dos cursos de EF e o quadro gestor das Confederações brasileira de futebol, vôlei e handebol.

Oitenta e dois trabalhos foram selecionados a partir dos títulos. Após a leitura dos resumos 52 trabalhos foram selecionados, e em seguida foram transformados em duas categorias, para leitura integral dos textos, análise e posterior apresentação dos resultados e discussão. Sendo elas: a) Achados com os descritores: Gênero e sexualidade, formação profissional e educação física, com 23 trabalhos selecionados dos 32 analisados; e b) Achados com os descritores: Gênero e sexualidade, LGBTIfobia e esporte, com 5 trabalhos selecionados dos 20 analisados.

Os critérios de inclusão nas categorias de análise foram: trabalhos publicados entre 2011 e 2020, fazer relação entre a Educação Física e os estudos de gênero e sexualidade, refletir sobre a discriminação sexual e de gênero no esporte e tratar do processo de formação dos profissionais e professores de Educação Física no Brasil. Os trabalhos utilizados foram artigos, monografias, capítulos de livros e documentos oficiais, publicados em língua portuguesa e com texto completo disponível.

Ao longo da apresentação dos resultados foi realizada uma integração entre as categorias expostas na figura 1. Onde a Educação física como grande área, que opera através do corpo, organiza seu currículo, e como esses conteúdos programáticos carentes dos estudos de gênero e sexualidade formam profissionais e professores que reforçam estereótipos e discriminações nas práticas profissionais.

Figura 1- Sistema de interação entre as categorias analisadas



Fonte: SILVA, 2021.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para iniciar a apresentação dos resultados da literatura, dividiremos essa etapa em duas categorias de análise e discussão. A primeira categoria refere-se aos achados com os descritores: gênero e sexualidade, formação profissional e educação física (Quadro 1), já a segunda categoria refere-se aos achados da literatura com os descritores: gênero e sexualidade, LGBTIfobia e esporte (Quadro 2).

a) Achados com os descritores: gênero, sexualidade, formação profissional e educação física;

Quadro 1 - Tabulação com as subcategorias: autor(as/es), ano de publicação, título e formato do trabalho.

AUTOR (AS/ES)	ANO DA PUBLICAÇÃO	TÍTULO	FORMATO
Amanda Alves da Silva <i>et al</i>	2018	CULTURA DE GÊNERO DAS MODALIDADES DE GINÁSTICA DE ACADEMIA DO BRASIL	ARTIGO
Amanda Emanuele Pereira Gonçalves <i>et al</i>	2020	O TRABALHO DOCENTE E AS QUESTÕES DE GÊNERO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ENSINO MÉDIO EM ESCOLAS NO NORTE DE MINAS GERAIS	ARTIGO
Anderson Evangelista e Rafael Gonçalves	2020	GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: DESCRITORES AUSENTES QUE TORNAM ABJETOS OS CORPOS TRANSGRESSORES DA NORMA	ARTIGO
Angelita Alice Jaeger <i>et al</i>	2019	FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA: HOMOFOBIA, HETEROSSEXISMO E AS POSSIBILIDADES DE MUDANÇAS NA PERCEPÇÃO DOS(AS) ESTUDANTES	ARTIGO
Cleidiane Leite e Neusa Kleinubing	2018	QUESTÕES DE GÊNERO NA FORMAÇÃO INICIAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA PERCEPÇÃO DOS DOCENTES	ARTIGO
Dagmar Estermann e André Silva	2020	GÊNERO, CULTURA E LAZER: POTÊNCIAS E DESAFIOS DESSA ARTICULAÇÃO	ARTIGO
Diel Martins Queiroz	2018	(IM)POSSIBILIDADES MÍDIÁTICAS DE CORPOS DE MULHERES: REPRESENTAÇÕES DE GRADUANDAS EM EDUCAÇÃO FÍSICA	TCC
Elaine de Jesus Souza <i>et al</i>	2017	REPRESENTAÇÕES DE DOCENTES ACERCA DA DIVERSIDADE SEXUAL E HOMOFOBIA	ARTIGO
Fabiano Pries Devede	2020	ESTUDOS DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA: ENTRE AMEAÇAS E AVANÇOS, NA DIREÇÃO DE UMA PEDAGOGIA QUEER	Cap Livro (6)
Fabiano Pries Devede <i>et al</i>	2011	ESTUDOS DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA	ARTIGO
Felipe Wachs Cesaro <i>et al</i>	2014	PERCURSOS DISTINTOS DE HOMENS E MULHERES NA FORMAÇÃO SUPERIOR EM EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DAS ALTERAÇÕES CURRICULARES DOS 70 ANOS DE ESEF/UFRGS	ARTIGO
Geovana Almeida dos Santos	2016	O PESQUISADOR PRODUTIVIDADE EM PESQUISA (CNPQ) NO CAMPO DA EDUCAÇÃO FÍSICA: ANÁLISE NA PERSPECTIVA DE GÊNERO	ARTIGO
Helder Isayama <i>et al</i>	2013	O MULTICULTURALISMO E OS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA	ARTIGO
Helena Altmann <i>et al</i>	2011	GÊNERO NA PRÁTICA DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA EDUCAÇÃO FÍSICA: "MENINAS NÃO GOSTAM DE SUAR AM DE SUAR, MENINOS SÃO HABILIDOSOS A HABILIDOSOS AO JOGAR O JOGAR"?	ARTIGO
Juliana Lapa Rizza <i>et al</i>	2016	DISCIPLINAS QUE DISCUTEM SEXUALIDADE NOS CURRÍCULOS DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: PRODUZINDO UM DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL	ARTIGO
Lucas Barroso e Wladirson Cardoso	2018	O NÃO LUGAR DE PESSOAS TRANS NO CURRÍCULO DA DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA EM ESCOLAS DE BELÉM DO PARÁ	ARTIGO
Marcelo Silva e Mariana Fontoura	2011	EDUCAÇÃO DO CORPO FEMININO: UM ESTUDO NA REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA (1944-1950)	ARTIGO
Marcos Miranda Correia <i>et al</i>	2016	O DISCURSO DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA	ARTIGO
Mirian Noemi Machado de Souza	2018	BREVES APONTAMENTOS ACERCA DA MARGINALIZAÇÃO E BAIXA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO LGBT: REFLEXÕES SOBRE INTOLERÂNCIA EM ORGANIZAÇÕES E DISCRIMINAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	ARTIGO
Rafael Garcia e Erick Pereira	2019	CORPO, PRÁTICAS CORPORAIS E RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	ARTIGO
Thais Adriane Vieira de Matos	2016	DISCURSO, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: O QUE NOS DIZEM AS FALAS DE PROFESSORAS EM PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE NO GDE?	ARTIGO
Vitor Luiz Rocha Rodrigues	2018	ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO: ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS/DAS PROFESSORES/AS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	TCC
Viviane Teixeira Silveira <i>et al</i>	2011	ESCOLA DE FORMAÇÃO DE "PROFESSORAS": AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CURRÍCULO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ARTIGO

Fonte: SILVA (2021)

Nessa primeira seção, apresento os principais resultados dos 23 trabalhos que se adequaram aos métodos de seleção do estudo. A análise dessa categoria foi dividida em dois subtópicos: Currículo, formação e atuação de profissionais e professores de EF; e Práticas generificadas e os papéis sexuais e de gênero esperados (Quadro 1). O termo generificado, designa que algumas práticas, atributos e repertório de gestos foram e são classificados ao longo do tempo, através de significações sociais e culturais, como o que é masculino e o que é feminino (CORREIA *et al*, 2016).

5.1 CURRÍCULO, FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS E PROFESSORES DE EF

Devide *et al* (2011) mapeia em sua revisão trabalhos, pesquisadores e linhas de pesquisa sobre gênero na EF. Apontando como temas recorrentes no período analisado: “Mecanismos de inclusão, exclusão e auto-exclusão na EF escolar, A História das mulheres no desporto, As Representações sociais de gênero na mídia esportiva, A inserção de Mulheres em posições de comando no desporto, Os estudos sobre Desporto e as Identidades de Gênero”. Eles também ressaltam alguns equívocos recorrentes, como

o termo gênero tem sido utilizado como sinônimo do termo sexo dos sujeitos estudados. O uso equivocado é identificado, sobretudo, em estudos baseados nas Ciências Biológicas, o uso dos termos identidade de gênero (IG) e identidade sexual (IS) têm sido apresentados como sinônimos, contribuindo para a gênese de preconceitos, como por exemplo, a noção de que a mulher esportista, ao se inserir em uma modalidade associada à IG masculina – Futebol - assumisse uma IS homossexual”, “Redução dos estudos de gênero aos estereótipos e papéis sexuais” e “Confusão entre “estudo sobre mulheres” e “estudos de gênero”(DEVIDE *et al*, 2011, p. 96).

Sobre outros temas presentes, os autores destacam: “Metodologias de ensino na EF escolar (aulas mistas, separadas por sexo, co-educativas); Estereótipos relacionados às práticas corporais na EF no Esporte; e Desporto e Identidades de Gênero (masculinidades e feminilidades), além de “14 livros publicados sobre a temática, sendo pioneira a obra “Corpo, Mulher e Sociedade”, organizada por Elaine Romero (1995)”.

Em outra revisão, Devide (2020, p.91) reflete sobre os Estudos de Gênero na EF do Brasil e seu avanço nas últimas décadas, apresentando alguns argumentos para se estudar gênero no campo da EF. Onde destaca a escola e o componente curricular da EF como potencializadores na abordagem da temática, fazendo um

alerta para a existência de um cenário de vigilância, controle e interdição com referências de Michel Foucault (1987, 2011^a).

Devide aponta também a escassez do debate sobre gênero e sexualidade na formação inicial em EF; e ressalta a função da escola como agente de transformação social, através da atuação pedagógica e das contribuições da Teoria *Queer*. Por se tratar de um texto atual, Devide (2011) reflete sobre o contexto político e social de um Brasil liderado pela extrema direita, que através dos mecanismos de poder e disseminação de notícias falsas, têm distorcido e atacado fortemente correntes institucionais que debatam sobre os temas nas escolas, nas universidades, no cinema e em diversos outros ambientes públicos, dificultando o debate e acirrando ainda mais as desigualdades. Como o PL 504/2020, que circulava na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que visava proibir a publicidade para crianças de conteúdos LGBTI+, ou com qualquer alusão à diversidade sexual e de gênero no estado (ALESPE, 2020).

Então, não é somente inserir nos currículos de profissionais e alunos esses temas, faz-se necessário um debate amplo e articulado entre os órgãos públicos e instituições reguladoras, para que se chegue em um consenso e se dê margem para pensar novas formas de lidar com essas questões.

Em um ensaio teórico-reflexivo desenvolvido por Evangelista e Gonçalves (2020) os autores analisam como a conjuntura do país desde a posse golpista de Michel Temer, até os dias atuais, vem articulando propostas e projetos como o apagamento dos descritores de gênero e diversidade sexual da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), e ressaltam a orientação de discursos excludentes, discriminatórios e de censuras com relação a esses temas advindos do governo atual. Todo esse cenário compromete as vivências dos corpos que destoam dessa lógica hegemônica. Essas reflexões escancaram o caráter político dessas dinâmicas sociais de discriminação, em que se favorece grupos em detrimento de outros.

Em seu estudo, Silveira *et al* (2011) analisou através do discurso oral e de documentos comprobatórios, como práticas curriculares distintas são constituídas e também são constituintes das relações sociais de gênero na EF. Com foco no contexto da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas, elas descrevem o percurso histórico de mulheres no curso de EF. Para isso, apresentam os dados contidos no plano específico do currículo da

ESEF/UFPel, onde é possível notar certa evolução com a “não mais existência de disciplinas exclusivas para homens ou para mulheres e também nas outras mudanças curriculares que essas ajudaram a produzir”. Durante o trabalho elas discorrem sobre a existência de disciplinas, em um período não tão distante, onde havia a especificação masculino/feminino, que demarcavam espaços para homens e mulheres.

Desde o início das práticas de modalidades esportivas foram estabelecidas generificações nas modalidades, refletindo também no contexto das disciplinas oferecidas, embasados por atributos biofisiológicos e de construto social, que atuam como marcadores que constituem os perfis do homem viril, forte e dotado de pensamento lógico, e da mulher delicada, feminina e emotiva. Essas demarcações foram sumindo do currículo ao longo do tempo, mas os resquícios de sua gênese ainda estão presentes no cotidiano. Como afirmam as autoras:

Assim, atualmente, com a implementação das turmas mistas nos currículos superiores e com as inúmeras iniciativas pedagógicas que se pautam pela coeducação no ensino fundamental e médio, é possível afirmar que as práticas e os discursos quanto ao gênero no campo da Educação Física não são os mesmos de outrora, apesar dos resquícios que provavelmente persistem (SILVEIRA *et al*, 2011, p. 868).

Cesaro *et al* (2014) analisou o percurso histórico de construção dos projetos pedagógicos e o discurso de mulheres que compuseram/compõem o quadro da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em seus 70 anos de existência.

Sendo possível identificar diferenças entre os percursos de formação dos futuros professores homens e das futuras professoras mulheres. E que mesmo passando por processos de transformação que podem ser percebidas através do aumento da participação feminina na prática dos mais diferentes esportes, da rarefação do discurso de que a prática desportiva prejudicaria a feminilidade de mulheres, e da compreensão de que o exercício da função docente exige o domínio de conteúdos tidos como “masculinos” e “femininos”, que ainda refletem diferenças nos dias de hoje (CESARO *et al*, 2014, p.219).

Essa análise histórica levou as autoras a compreenderem como a formação em Educação Física esteve e ainda está marcada por “procedimentos de separação” entre homens e mulheres, como denominava Fraga (2000). E “que ainda repercutem, de modo mais ou menos visível, nas concepções de gênero circulantes em torno das práticas corporais no âmbito da graduação” (CESARO *et al*, 2014, p.219).

Isayama *et al* (2013) discutem sobre os limites e possibilidades da construção de currículos multiculturais na EF. Afirmando que a construção do currículo nos “cursos de Educação Física numa visão multicultural apresenta uma série de dificuldades e deverá ser uma prioridade para os educadores críticos, tendo em vista que as culturas minoritárias, marginalizadas ou rejeitadas são patrimônios de grupos com pequeno poder de participação e decisão”, e que

é preciso trazer para o interior dos cursos de Educação Física o debate sobre os sujeitos sociais com os quais o profissional atua, bem como com temas relacionados as diferentes faixas etárias, etnias, gênero, orientações sexuais. Só assim, acredito que será possível concretizar uma possibilidade de inserir o debate sobre multiculturalismo no contexto da formação em Educação Física (ISAYAMA *et al*, 2013, p.175).

Almeida (2016) analisa em sua monografia o perfil dos pesquisadores produtividade em pesquisa da CNPq dos programas de EF, e afirma “que há no campo da Educação Física predominância do gênero masculino em relação ao feminino, sendo que em um total de 88 pesquisadores analisados 71(81%) eram homens enquanto apenas 17(19%) eram mulheres”, o que “reforça a hipótese de que o campo ainda sofre influência de sua gênese patriarcal”. No mesmo estudo, “ao analisarmos somente o ano de 2014 para a Educação Física, que dispunha de 72 bolsas, encontramos que deste número, 48 bolsas, isto é, 67%, foram destinadas a pesquisadores e 24 bolsas, que equivale a 33%, às pesquisadoras”. Ao analisar a variação entre pesquisadores e pesquisadoras “identificamos que a EF, no referido ano de 2014, possui uma diferença maior do que a Odontologia, Medicina, Arquitetura e Medicina Veterinária, porém com um percentual menor em relação a Psicologia (43,4%) e a Engenharia Elétrica (75%)”.

Leite e Kleinubing (2018) ao entrevistarem docentes de um curso de EF bacharelado acerca das questões de gênero na formação inicial, indicam:

dificuldade em diferenciar categorias como sexo, gênero e sexualidade o que leva, consequentemente, a não discussão desse tema em suas disciplinas. Há, ainda, docentes que consideram tais discussões irrelevantes e desnecessárias. Por outro lado os docentes consideram as questões de gênero como um tema importante e de grande relevância não só para a disciplina, mas para a formação inicial como um todo, denotando este como um tema transversal, pano de fundo, porém, que na maioria das vezes, não é tratado nas aulas (LEITE; KLEINUBING, 2018, p.5). Retratando certo distanciamento desses debates no processo de formação.

Em estudo realizado por Altmann *et al* (2011) com professores de EF do ensino público, objetivando compreender como gênero perpassa as relações professor-aluno, foi possível identificar que:

As questões de gênero não são consensuais entre os/as professores/as de Educação Física desta pesquisa: se por um lado há docentes que defendem as vantagens e a importância de se trabalhar com turmas mistas, outros/as ainda defendem a separação, reafirmando a ideia, bastante corrente na área da educação, de que trabalhar com grupos 'homogêneos' facilitaria o desenvolvimento das aulas, reduzindo conflitos e tensões oriundos da diversidade das relações." (...) "As diferenças de desempenho de meninos e meninas nas práticas corporais aparecem como a principal fonte de conflitos e o aspecto mais considerado durante o planejamento das aulas". E que ainda há um predomínio de "concepções estereotipadas do feminino e do masculino, presentes entre docentes e discentes, mostrando que nem todos os meninos se identificam com esportes e jogos coletivos e que meninas também sabem e gostam de jogar (ALTMANN *et al*, 2011, p.499).

Souza *et al* (2017) ao analisarem o discurso de docentes acerca da diversidade sexual, eles afirmam que:

as representações parecem ser positivas, contudo, se revelam reducionistas e ambíguas, pois camuflam concepções, crenças e práticas negativas acerca da diversidade sexual, podendo envolver um tipo de homofobia denominada liberal (sutil) que se refere à aparente aceitação das diferenças sexuais. Ademais, a maioria dos/as docentes evidenciou a falta de (in)formações significativas acerca das temáticas diversidade sexual e sexualidade durante a formação inicial e continuada, o que pode ser notado pelo uso constante de termos inadequados como 'escolha e opção sexual' (SOUZA *et al*, 2017, p.528).

E enfatizam que há certa "carência ou abordagem superficial e insuficiente acerca da sexualidade e diversidade sexual na formação docente inicial". Corroborando com o que Correia *et al* (2016, p.81) já dizia, que "a inserção da discussão de gênero na licenciatura fica relegada à afinidade, ao conhecimento e ao interesse dos professores pelo assunto, inserindo-se como um tema transversal, abordado ou não ao critério dos professores de cada disciplina", constatando que "a formação profissional em EF encontra-se desarticulada das questões de gênero identificadas no cotidiano escolar."

Ainda no estudo de Souza *et al* (2017) quando perguntados no questionário aplicado: "O que você entende por homofobia?", obtiveram como resultados que "as concepções de quinze docentes revelaram conhecimentos parciais e representações reducionistas acerca desse tema".

Essas falas reforçam que há certa convivência por parte de alguns docentes, seja por não ter conhecimento adequado, por não corresponderem às expectativas religiosas/culturais dos mesmos, ou por "não serem da sua conta", escanteando e abafando totalmente essas questões no âmbito escolar. Sem que se compreenda que tratar de gênero e sexualidade é falar do todo, sem distinção de valor, mas sim com especificidades a serem compreendidas e respeitadas no meio social.

Gonçalves *et al* (2020) ao realizarem entrevistas com professores do ensino médio acerca do conceito de gênero, afirmam que:

apesar de terem se passado quase 50 anos após o início dos estudos feministas que buscaram desnaturalizar gênero como uma questão biológica e, por consequência, binária, ainda existe na sociedade atual pensamentos que reduzem o gênero às duas especificidades citadas. Contudo, sabemos que essa concepção não é verídica e imutável. E que “apesar da maioria das aulas de Educação Física observadas, serem com turmas mistas, a coeducação não se faz presente dentro destas aulas (GONÇALVES *et al*, 2020, p.108).

Sempre havendo um critério de distinção, seja em dividir os horários, ou intercalar os dias com modalidades específicas para meninos e meninas. Com relação ao conteúdo de gênero nas aulas, apenas uma das professoras admitiu trabalhar com a temática.

Rodrigues (2018) ao questionar professores de EF sobre orientação sexual e identidade de gênero em sua pesquisa, e o que eles e elas entendiam acerca dessas temáticas diante da formação profissional, eles relatam:

Foi visto que dos/das oito professores/as entrevistados/as sete disseram conhecer os temas, porém apenas três os definiram de modo mais atualizado e/ou e de modo a produzirem formas de reconhecimento para pessoas LGBT+” (...) “Encontramos nas respostas dos/as professores/as, alguns argumentos em que foi relatada a falta da abordagem destes temas na formação superior e/ou a importância da mesma para o curso de Educação Física (RODRIGUES, 2018, p.29-30).

E conclui:

A partir desta pesquisa podemos afirmar que produção e reprodução da cisheteronormatividade é algo presente na sociedade como um todo e de forma específica organiza e distribui os corpos LGBT+ no contexto escolar, dentro de um regime marcadamente LGBTfóbico, seja com a convivência ou resistência de docentes. Todavia, um vocabulário mais inclusivo, ainda que insuficiente está em curso, não sendo possível afirmar como o reconhecimento de LGBT+ se desdobra neste contexto LGBTfóbico em que vivemos no Brasil (RODRIGUES, 2018, p.29-30).

Podemos dizer que o funcionamento de instituições que educam crianças, adolescentes, jovens e adultos nos diversos níveis de ensino do Brasil, retroalimenta uma estrutura que rejeita simbólica, afetiva e socialmente corpos que não se adequam aos padrões estabelecidos de cisheteronormatividade. Tendo em vista que o Brasil é o país que mais mata LGBTI+ no mundo, segundo o Grupo Gay da Bahia (2020), além dos diversos tipos de violências a que esses grupos são acometidos todos os dias. Faz-se cada vez mais necessário que essas configurações sejam

seriamente analisadas, para que seja possível abrir os olhos para o que está bem na nossa frente.

Ao investigar sobre os significados atribuídos por alunas graduadas em EF sobre o “ser” mulher, e como elas se veem na prática profissional, Queiroz (2018, p.29) apresenta os seguintes resultados:

Ainda há “certa preocupação com a produção de determinados modelos de comportamento, condutas e materialização do corpo. Nossas colaboradoras acreditam que para conseguirem um cargo profissional na área de Educação Física devem se adequar ao modelo de corpo esperado para uma profissional.” Como disse uma das colaboradoras: “Tem que ter o perfil”.

Em parte de sua pesquisa de mestrado, De Matos (2016) analisa os textos elaborados por profissionais da educação, inscritos para o curso “Gênero e Diversidade na escola – GDE”, promovido pela Universidade Federal do Paraná. No discurso do/da professor(a) de EF analisado, explica que:

é um desafio diário na minha disciplina, pois quando trabalho dança, os meninos geralmente tem a tendência de negação do conteúdo, assim como quando a proposta é o futebol, as meninas tem a mesma tendência (MATOS, 2016, p.7).

Meyer (2020) identifica em seu estudo que:

diferentes autoras e autores têm tomado como premissa a ideia de que o corpo e suas marcas só passam a existir na cultura. Nesse sentido, destacam-se: Guacira Louro (2004), Carmem Lúcia Soares (2011), Silvana Goellner (2008) e Ana Márcia Silva (2014)” (...) “a dissertação e a tese de Ileana Wenez (2005; 2012), Priscila Dornelles (2007; 2013) e de Helena Altmann, estavam focados na ed física e recreio escolar; Silvana Goellner, Ludmilla Mourão e Meryl Adelman têm revelado diferentes maneiras pelas quais mulheres e homens têm acessado o esporte e contribuem para pensar as relações entre gênero, sexualidade e lazer” (...) “Fernando Pocahy, por exemplo, coloca em evidência a potência disruptiva de determinados corpos que se reconstroem na interseccionalidade entre envelhecimento e certa erótica gay, em determinados espaços e práticas de sociabilidade e lazer como as saunas e as boates gays”. Essas construções e significados socioculturais “ao funcionar como elemento de conexão entre formas de exercício de poder sobre corpos individuais e o poder exercido sobre a população – na direção do que (Foucault) propõe com o conceito de biopolítica – que o gênero e a sexualidade se tornam elementos estratégicos dos processos de regulação da vida dos indivíduos e das populações nas sociedades em que vivemos e o esporte (MEYER, 2020, p. 491).

E encerra levantando mais questões:

às áreas como a educação, o esporte e o lazer: quais conhecimentos estão envolvidos e são reconhecidos como legítimos, nos processos de significação dos corpos, ou de determinadas partes dele, em uma determinada época e lugar? Como os sentidos que atribuímos à sexualidade e ao gênero e suas relações com determinadas práticas de

lazer e de entretenimento disponibilizadas, privilegiadas e permitidas nos diferentes grupos culturais, foram produzidos? Quais significados de gênero, sexualidade, homem, mulher, gay, lésbica, trans, entre outros, são compartilhados, rasurados e/ou contestados em diferentes práticas de lazer e de entretenimento, e por quais grupos? (MEYER, 2020, p. 491).

Buscando “compreender a maneira como o preconceito no mercado de trabalho tem contribuído para a marginalização da população LGBT” a psicóloga De Souza (2018, p.5) conclui em seu trabalho que “o trabalho, valorizado na sociedade capitalista em que vivemos e tido como a maneira de introduzir-se na vida em sociedade de forma digna, se apresenta ainda como um espaço proibido ou hostil a população LGBT”. Fato este também presente no contexto de formação e atuação profissional da EF.

5.2 PRÁTICAS GENERIFICADAS E OS PAPÉIS SEXUAIS E DE GÊNERO ESPERADOS

Ao analisar as entrevistas realizadas por Correia *et al* (2016) em um curso de licenciatura de uma universidade particular, é possível destacar alguns apontamentos sobre os aspectos simbólicos identificados:

há uma dificuldade na graduação em EF para lidar com os aspectos simbólicos representados pelo corpo e pela sexualidade. Sendo o corpo influenciado e generificado pelas instituições religiosas, educacionais, científicas, desportivas e objeto da ação pedagógica na prática da EF, caberia uma maior atenção à reflexão sobre os aspectos do gênero, corpo e sexualidade, mantidos à margem da formação profissional da licenciatura na instituição pesquisada (CORREIA *et al*, 2016, p.75).

Correia *et al* (2016, p.72) afirmam em seu estudo que “os discentes podem estar construindo seus saberes pautados numa visão biologicista que tem contribuído para a confusão conceitual identificada nos estudos de gênero na EF”. Considerando nesse aspecto o contexto cultural e religioso como bases que reforçam esse discurso de essencialidade, como: “Se Deus fez assim, é o único jeito certo de se viver”. Eles reforçam que ainda dispomos de “um conteúdo generificado e generificador” e que “a predominância de disciplinas desportivas (30,4 %) em relação às não esportivas (16,6 %) tende a reforçar a noção de um “currículo masculino”” (GOMES; SILVA; QUEIRÓS, 2004 *apud* CORREIA *et al.*, 2016).

Somando-se ao fato de que a temática gênero não aparece de forma explícita em nenhuma das ementas das disciplinas analisadas pelos autores da pesquisa

supracitada, e de que o entendimento sobre a proposição de aulas mistas dos professores entrevistados, seja apenas de uma mistura, eles apontam: “não basta unir meninos e meninas em atividades dirigidas se as mesmas não problematizam as relações de gênero entre todos” (CORREIA *et al*, 2016, p.72).

Nesse sentido, é importante lembrar o percurso histórico de construção do segmento esportes, onde a presença de mulheres ainda vem sendo gradativamente conquistada, como atletas, arbitras, gestoras etc. Ao analisar o quadro atual da diretoria das confederações brasileiras de futebol, vôlei e handebol, por exemplo, só é possível visualizar uma mulher compondo, na diretoria da Confederação brasileira de Handebol (CBF, 2021).

Em revisão organizada por Garcia e Pereira (2019) eles analisam o contexto histórico de construção da EF e como se encontra a formação dos corpos nas práticas corporais.

Percebemos um movimento atual que vai ao encontro de uma busca de legitimação das práticas corporais a partir dessa onda dos estudos sobre o corpo e gênero que dificilmente será passageira e, portanto, é necessário refleti-la nos seus vários aspectos para que no futuro não estejamos lutando em vão para pensar propostas alternativas em relação aos modelos de vida não normativos (GARCIA; PEREIRA, 2019, p.176).

Os modelos de representações elucidados por Butler, 2003 demonstram impactos na vida material das pessoas. Atribuindo lugares, gestos, vestimentas e comportamentos adequados, e que se encaixem no que é discursado socialmente sobre o que é ser homem ou mulher. Aqueles que fogem desses papéis designados, ditos inerentes, são vistos com “estranhamento” e colocados à margem da sociedade como um todo.

Ao realizar um estudo com 260 estudantes de EF sobre os comportamentos e comentários homofóbicos e heterossexistas presentes na formação profissional, Jaeger *et al* (2019, p.5) constataram que “é forte a incidência de comportamentos e comentários homofóbicos e heterossexistas entre estudantes, ocorrendo sobretudo entre os homens(...) e que os(as) docentes reforçam ou silenciam diante dessas condutas e pouco colaboram para criar um ambiente seguro e livre de preconceitos.” E sugerem que “para alterar esse cenário, é necessário cultivar o respeito, problematizar o currículo heteronormativo e oportunizar diferentes ações que envolvam a comunidade acadêmica”.

Analizando os discursos sobre o corpo feminino de um importante periódico da Educação Física brasileira, Silva e Fontoura (2011, p. 73) apontam que ao longo dos anos de sua existência

a revista procurou demonstrar como deveria ser gerida a Educação Física feminina, elaborando um compilado de ideias e representações cuja recorrência possibilitou uma rede discursiva que conferiu forma e legitimidade a determinados corpos femininos. A estes foram atribuídas diversas privações que supostamente objetivavam proteger as características de sua feminilidade” (...) apontando “a presença da ciência e do saber médico como legitimadores de uma pedagogia corporal do feminino”, “bem como não virilizá-la em demasia” e concluem que “esses elementos estavam claramente expressos nos diversos artigos da revista, pois enfatizavam o discurso da diferenciação biológica entre homens e mulheres e a consequente diferenciação de exercícios físicos prescritos para um e outro sexo.

Em estudo desenvolvido por Silva (2018, p. 83-85), em academias de ginástica, através da escala de Likert com cinco pontos que variava de muito masculino até muito feminino, apresentam como resultado

vinte e duas modalidades neutras, cinco masculinas e treze femininas. As modalidades tidas como masculinas correspondem a modalidades com características de luta, combate, agressividade, culturalmente atribuídos a masculinidade. As modalidades avaliadas culturalmente femininas encontram-se relacionadas a coordenação, agilidade, suavidade, flexibilidade e sensualidade confirmando que há também a presença de uma percepção de gênero nas modalidades de academia”. E conclui que “as modalidades de academia são consideradas como neutras em relação ao gênero culturalmente atribuído e que só são avaliadas como – masculina ou feminina – aquelas que ainda possuem fortes traços desses perfis.

Ao analisar as contribuições da EF na vida social de pessoas transgênero de Belém do Pará, Barroso e Cardos (2018, p.26) identificam nos relatos que:

o preconceito de gênero dentro da educação física pode acontecer tanto de forma mais aberta, como em momentos que os gêneros são segregados por horários, como de uma forma mais velada, usando de artifícios como “esportes específicos para determinado sexo como nos mostra a fala dos interlocutores”, e que separar os alunos pelo sexo anatômico nas aulas de EF seja um dos “maiores causadores de impactos negativos dentre os interlocutores” da pesquisa. E complementam que “neste meio, pessoas transexuais eram obrigadas a participar de uma prática corporal condizente com o gênero a qual não se identificam”, sendo “uma das maiores implicações para a não participação da prática da educação física era o uso dos uniformes (vestimentas) diferenciados para homens e mulheres.

Meyer e Silva (2020) em texto publicado no I Colóquio Interdisciplinar de Estudos do Lazer fazem uma análise descritiva de interação dos componentes e significados de gênero, sexualidade e lazer. Trazendo considerações de autoras e autores que vêm debatendo e estudando sobre essas temáticas. A mesma autora já enunciava em trabalhos anteriores que “são esses sistemas e códigos de

significação, que são produzidos e operados por meio de distintas linguagens, que permitem atribuir sentidos, por exemplo, aos corpos, generificando-os, sexuando-os e hierarquizando-os nos mundos em que vivemos e nos movimentamos” (MEYER, 2012, p.52).

Meyer e Silva, 2020 trazem uma definição de Hall (1997b) onde:

indica que é preciso analisar as culturas tanto em seus aspectos substantivos quanto em seus aspectos epistemológicos. Os aspectos substantivos, envolvem aqueles elementos da cultura que utilizamos, de forma quase naturalizada, na organização das atividades da nossa vida diária, das instituições e das nossas relações culturais cotidianas, em qualquer momento histórico” (...) “e, sobretudo, o que classificamos nos domínios do que compete a homens e mulheres ou do que caracteriza as masculinidades e feminilidades”, já os aspectos epistemológicos “remetem à conexão da cultura com a produção de conhecimento e da conceituação, ou seja, ao como ela é usada para transformar nossa compreensão, explicação e modelos teóricos do mundo, e como os atravessa: os conhecimentos científicos, as tecnologias da informação, as inovações diversas utilizadas nas práticas de lazer ou que constituem mesmo essas práticas (os games, por exemplo).

Analisando como essas relações de poder se configuram e se instituem, perpassando gênero sexualidade e o lazer, eles indicam que:

implica, por exemplo, o exercício de mapear, descrever e analisar: 1) sistemas de diferenciação de gênero e de sexualidade que determinadas relações de poder colocam em movimento por meio de conhecimentos e práticas de lazer permitidos e legitimados nas diferentes culturas; 2) os objetivos perseguidos pelos grupos e instituições que exercem tais poderes; 3) modalidades de exercício de poder (mecanismos, estratégias, tecnologias, técnicas) utilizadas nessas relações, em contextos e formas de lazer específicas; 4) os processos de institucionalização desses poderes, isto é, como eles se incorporam em leis, políticas e programas públicos, processos formativos, regimento das práticas, etc.; 5) graus de racionalização desses poderes (como se elaboram, se transformam e/ou se organizam procedimentos, que incidem sobre, e/ou conformam, e/ou legitimam e/ou ajustam determinadas relações de gênero e sexualidade a determinadas práticas de lazer) (FOUCAULT, 1995; MEYER, 2012).

b) Achados da literatura com os descritores: Gênero, sexualidade, LGBTIfobia e esporte.

Quadro 2- Tabulação com as subcategorias: autor(as/es), ano de publicação, título e formato

AUTOR (AS/ES)	ANO DA PUBLICAÇÃO	TÍTULO	FORMATO
Helton P. de Carvalho <i>et al</i>	2016	CONFLITOS ENTRE A ORIENTAÇÃO SEXUAL E A ORIENTAÇÃO DE GÊNERO NA IDENTIDADE DE ATLETAS PROFISSIONAIS DE VOLEIBOL: A PERCEPÇÃO DE ATLETAS HOMOSSEXUAIS	ARTIGO
Rafael Garcia e Erik Pereira	2018	RESSIGNIFICAÇÕES NO ESPORTE ATRAVÉS DA PERFORMANCE DE TIFANNY ABREU	ARTIGO
Rafael Marques Garcia <i>et al</i>	2019	PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE MASCULINIDADES QUEER EM UMA EDIÇÃO DE CORRIDA DE RUA	ARTIGO
Wagner Xavier de Camargo	2018	O ARMÁRIO DA SEXUALIDADE NO MUNDO ESPORTIVO	ARTIGO
Wagner Xavier Camargo e Cláudia Samuel Kessler	2017	ALÉM DO MASCULINO/FEMININO: GÊNERO, SEXUALIDADE, TECNOLOGIA E PERFORMANCE NO ESPORTE SOB PERSPECTIVA CRÍTICA	ARTIGO

Fonte: SILVA (2021)

Essa categoria de análise se encarregará de identificar dentro do segmento esporte, os diversos tipos de discriminação sexual e de gênero. Ambiente esse, construído e desenvolvido sob as bases masculinas e cisheteronormativas. Segundo Camargo e Kessler (2017, p.196) “a sociabilidade nesses espaços generifica tanto questões ligadas às performances esportivas quanto os “lugares” sociais que os sujeitos creem que “devem” ocupar”.

Como já exposto anteriormente na revisão teórica, as mulheres e pessoas assumidamente LGBTI+ encontraram barreiras bem delineadas nesse segmento ao longo de anos. Desde os primeiros Jogos Olímpicos da modernidade, até os dias atuais, algumas especificações e significações foram sendo atribuídas as modalidades esportivas, demarcando espaços e atuando com vigilância aos corpos que destoassem dos padrões pré-estabelecidos. Somente em 1996, nas Olimpíadas de Atlanta, é que o futebol feminino é inserido como modalidade olímpica. O decreto-lei de nº 3.199/41 (BRASIL, 1941), por exemplo, “impediu a prática do “futebol feminino” competitivo desde 1941 até o início dos anos 1980” (CAMARGO; KESSLER, 2017, p.196). Os autores afirmam que “esses padrões normativos no esporte imperam não apenas nas questões referentes ao gênero, mas também em

relação a orientações sexuais. Um exemplo é a homossexualidade para homens e mulheres”. Wolf (2011, p. 29) questiona: “em que sentido o mundo esportivo está se tornando amigável aos atletas LGBT?”.

Esse sistema de vigilância dos corpos, e de suas subjetividades sexuais e afetivas são normas obedecidas à risca por essas instituições, onde:

anunciantes e proprietários de equipe são basicamente conservadores, social e politicamente. Eles estão interessados no dinheiro. Isso significa que, a menos que eles possam descobrir uma maneira de fazer com que o apoio a um atleta abertamente LGBT gere dinheiro, eles não colocarão em risco suas marcas. (WOLF, 2011, p. 30).

Em busca de se construir espaços mais inclusivos e diversos surge em 1982, os Gay Games, aos moldes olímpicos, reunindo a cada quatro anos atletas assumidamente LGBTI+ em jogos competitivos de diversas modalidades. Essa seria uma alternativa de reivindicar os espaços negados a essas pessoas por muito tempo no cenário Olímpico. Mesmo nesse ambiente “pessoas trans e sua inclusão no programa esportivo dos Gay Games só se tornou possível na quarta edição, que ocorreu na cidade de Nova Iorque, em 1994, nos Estados Unidos” (...) “Instituiu-se um “passaporte biológico de atleta” (investido de saberes médicos), embora os efeitos da testosterona ainda sequer sejam plenamente entendidos nos diferentes corpos” (CAMARGO; KESSLER, 2017). Atualmente, segundo Camargo e Kessler (2017):

o COI liberou novas diretrizes sobre mulheres trans, isto é, essas não precisarão passar por cirurgia de transgenitalização para poderem competir, mas terão de comprovar que mantêm níveis inferiores a 10 nanomols de testosterona por litro de sangue, anteriores a um ano da competição (COI, 2016).

Em 2017, Tiffany Abreu que é atleta de vôlei tornou-se a primeira brasileira trans

a atuar no alto rendimento da modalidade, defendendo a equipe feminina do Golem Volley, participante da Série A2 do Campeonato Italiano. Um desabrochar de novos sentidos e significados é possibilitado pela presença de um corpo desviante, que não se enquadra nos modelos pré-estabelecidos e que parece não possuir classificação na prática esportiva. Esta corporalidade desviada, quando transita entre as polaridades esportivas e se insere no esporte moderno de ordem tradicional, possibilita a amplificação dos horizontes que versam sobre os limites de corpo, sua pluralidade e ambivalência (GARCIA; PEREIRA, 2018, p.4).

Em estudo desenvolvido por Garcia *et al* (2019) ao analisarem o discurso sobre um corpo queer masculino em uma corrida de rua, afirmam que “a corrida de rua, mesmo não demarcando categorias de gênero, reforçam as normas sociais

heteronormativas, policiando as masculinidades queer e criticando sua(s) performatização(ões) nas esferas analisadas.” Um corpo queer é aquele que subverte o modelo binário dos papéis sexuais e de gênero, teorizado por Butler.

Ainda no Estudo de Garcia *et al* (2019, p.195) eles reforçam que:

para assegurar esses parâmetros de normalidade, interpreta-se com estranheza e repulsa aqueles fenômenos que subvertem os saberes do senso comum, o que retroalimenta práticas restritivas e impositivas, às vezes fazendo uso de dispositivos violentos de controle, para assegurar a manutenção da ordem social normativa.

Ao realizar entrevistas semi-estruturadas com atletas de vôlei, Carvalho *et al* (2016, p.) relatam que “eles acreditaram que o voleibol tolera atletas homossexuais, desde que mantenham sua orientação de gênero supostamente adequada e relataram alguns casos de preconceito, entre torcedores, técnicos e outros atletas homossexuais”. Concluindo que “a orientação sexual homossexual discreta é mais tolerável”. E que “observa-se que as orientações de gênero cruzadas para os atletas de voleibol fazem com que as habilidades técnicas e táticas sejam deixadas de lado, colocando estes atletas à margem do esporte profissional. E que estes atletas que aceitam suas orientações sexuais têm que ficar em constante controle sobre suas orientações de gênero, para que suas próprias identidades e papéis não tumultuem suas carreiras esportivas” (CARVALHO *et al*, 2016, p.96).

Camargo (2018) analisa através de métodos etnográficos, como atletas LGBT+ pronunciam suas sexualidades dentro do segmento esporte, constatando que

atletas profissionais retardam o anúncio da saída do armário justamente devido às suas carreiras. Enquanto isso se submetem a situações extremas e desagradáveis (como o autocontrole, tentativas de suicídio, ingestão excessiva de remédios, drogas ou álcool, e mesmo a autoexclusão social)”. E conclui que para “pensar as (homo)sexualidades nesses cenários importa na medida em que colocam, face a face, os campos de estudo de gênero e sexualidades na intersecção com o universo dos esportes (CAMARGO, 2018, p.12).

Dessa forma, podemos notar que há um sistema de vigilância desses corpos, por parte das instituições, técnicos, patrocinadores, etc. Fazendo com que muitos desses atletas reprimam suas sexualidades e vivam a performar um papel sexual e de gênero ao qual não se identificam. Essas pressões de heteronormatividade compulsória, como descreve Butler, reforçam os estigmas, aumentam as desigualdades, e afastam atletas profissionais e não profissionais de seus sonhos, por não serem reconhecidos e aceitos no âmbito esportivo. Ao longo do tempo, e

com o debate frequente dessas temáticas dentro da EF, vem se dando margem para que pessoas LGBTI+ reivindicuem suas identidades sexuais e de gênero, mas esse é um percurso longo e de grandes percalços.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos de gênero e sexualidade colocam em tensionamento as estruturas social e cultural das práticas generificadoras e dos processos de discriminação na EF. Interpondo lentes para compreender como esses processos são instaurados e cristalizados ao longo do tempo. A área demonstra abertura para o debate, ao implementar práticas pedagógicas de conscientização, aulas mistas com conteúdos desgenerificados, trabalhando os sistemas de discriminação, quebrando tabus e estereótipos, criando a possibilidade de evidenciar essas diferenças e desconstruí-las.

Se trata de um processo que demanda força e sensibilidade juntas, para ampliar os nossos campos de visão, para sanar as discriminações, nas aulas, nos clubes, nas arquibancadas, no jornalismo, na gestão dos esportes e em diversos outros ambientes de atuação de profissionais e professores de EF no Brasil.

Ter dentro dos componentes curriculares da EF, disciplinas específicas para se debater e estudar gênero e sexualidade, bem como, atuar em prol da desconstrução dos estigmas que cercam as pessoas que representam essas populações, parece ser uma estratégia pedagógica interessante. Contudo, essas práticas pedagógicas são minimamente trabalhadas no processo de formação e atuação do profissional de EF, sendo necessário ampliar esses debates e produções que reflitam sobre essas questões dentro e fora do campo acadêmico, em conjunto com outras instituições sociais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. Conheça os novos diretores da CBHb. In: CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HANDEBOL. Aracajú: CBHB, 24 fev. 2021. Disponível em: <https://cbhb.org.br/v1/noticia/13102/conheca-os-novos-diretores-da-cbhb> . Acesso em: 22 abr. 2021.

ALTMANN, Helena; AYOUB, Eliana; AMARAL, Silvia Cristina Franco. Gênero na prática docente em educação física: "meninas não gostam de suar, meninos são habilidosos ao jogar"? **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 491-501, Agosto de 2011.

BARROSO, Lucas Bernardo; SILVA CARDOSO, Wladirson Ronny. O não lugar de pessoas trans no currículo da disciplina Educação Física em Escolas de Belém do Pará. **Iniciação Científica Cesumar**, Maringá, v. 20, n. 1, p. 17-30, 2018.

BEAUVOIR, Simone de, **O segundo sexo: fatos e mitos**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 19, n. 48, p. 69-88, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto Nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE. Brasília: Presidência da República, 2019.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 1.212, 17 de abril de 1939. Cria, na Universidade do Brasil, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 20 abr. 1939.

BRASIL. Resolução N. 6, de 18 de dezembro de 2018. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, seção 1, p. 48-49, 19 de dez. 2018.

BUTLER, Judith. Performative acts and gender constitution. In: _____. **Performance**. London: Routledge, 2003. p. 97-110.

CAMARGO, Wagner Xavier; KESSLER, Cláudia Samuel. Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 47, p. 191-225, 2017.

CARVALHO, Helton Pereira *et al.* Conflitos entre a orientação sexual e a orientação de gênero na identidade de atletas profissionais de voleibol: a percepção de atletas homossexuais. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 25, n. 2, p. 84-98, 2017.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. Diretoria: Estrutura de diretoria da CBF. In: _____. **Confederação Brasileira de Futebol**. Rio de Janeiro: CBF, 22 maio 2018. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/a-cbf/diretoria/index/diretoria>. Acessado em: 22 jan. 2021.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VÔLEI. **Diretoria**. [S. l.]: CBV, 2021. Disponível em: <https://governanca.cbv.com.br/conselho-diretor>. Acesso em: 22 jan. 2021.

CORREIA, M. M. **Representações de Gênero na Licenciatura em Educação Física**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências da Atividade Física)—Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2008.

CORREIA, Marcos Miranda; DEVIDE, Fabiano Pries; MURAD, M. Discurso da licenciatura em Educação Física sobre as questões de gênero na formação profissional em Educação Física. DEVIDE, FP **Estudos de Gênero na Educação Física e no Esporte**, São Paulo, v. 1, p. 1-7, 2016.

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação Física na escola**: implicações para a prática pedagógica. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

DEVIDE, Fabiano Pries et al. Estudos de gênero na Educação Física Brasileira. **Motriz: rev. educ. fis. (Online)**, Rio Claro v. 17, n. 1, p. 93-103, Mar. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-65742011000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 Maio de 2021.

DEVIDE, Fabiano Pries. Estudos de gênero na Educação Física brasileira: entre ameaças e avanços, na direção de uma pedagogia *queer*. In: WENETZ, I.; ATHAYDE, P.; LARA, L. (orgs.) **Gênero e sexualidade no esporte e na educação física**. Natal: EDUFRRN, 2020. pp. 91-105 (Ciências do esporte, educação física e produção do conhecimento em 40 anos de CBCE, 6).

EVANGELISTA, Anderson Pereira; GONÇALVES, Rafael Marques. Gênero e diversidade sexual na base nacional comum curricular: descritores ausentes que tornam abjetos os corpos transgressores da norma. **Revista Exitus**, Santarém, v. 10, p. e020065-e020065, 2020.

FURTADO, Rafael Nogueira; OLIVEIRA CAMILO, Juliana Aparecida. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 16, n. 3, p. 34-44, 2016.

GARCIA, Rafael Marques; PEREIRA, Erik Giuseppe Barbosa. Corpo, práticas corporais e relações de gênero na educação física brasileira: uma pesquisa bibliográfica. **Horizontes - Revista de Educação**, [S.l.], v. 7, n. 14, p. 153-179, dez. 2019. ISSN 2318-1540. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/horizontes/article/view/10047>. Acesso em: 04 maio 2021.

GARCIA, Rafael Marques; PEREIRA, Erik Giuseppe Barbosa. Ressignificações no esporte através da performance de Tiffany Abreu. **E-legis**, Brasília, v. 11, n. esp. 2018.

GARCIA, Rafael Marques; SILVA, Alan Camargo; PEREIRA, Erik Giuseppe Barbosa. Problematizações sobre masculinidades queer em uma edição de corrida de rua. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, Natal, v. 13, n. 21, 2019.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **Educação Física progressista**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos da Educação Física. São Paulo: Loyola, 1988.

GOELLNER, S. V. Gênero, Educação Física e esportes. In: VOTRE, S. B. (Org.). **Imaginário e representações sociais em Educação Física, esporte e lazer**. Rio de Janeiro: UGF, 2001. p. 215-227.

GOELLNER, S. V. Gênero. In: GONZÁLEZ, F. J.; FENSTERSEIFER, P. E. **Dicionário Crítico de Educação Física**. Ijuí: Unijuí, 2005. p. 207-209.

GONÇALVES, Amanda Emanuele Pereira; RAMALHO, Carla Chagas; SOBRINHO, José de Andrade Matos. O trabalho docente e as questões de gênero nas aulas de educação física do ensino médio em escolas no norte de minas gerais. **Diversidade e Educação**, Rio Grande v. 8, n. 1, p. 96-126, 2020.

GOULD, Roger V. Collective violence and group solidarity: Evidence from a feuding society. **American Sociological Review**, Thousand Oaks-CA, v. 63, n. 3, p. 356-380, 1999.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de gênero e sexualidade. **Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis, p. 1-18, 1998.

ISAYAMA, Helder Ferreira; RIBEIRO, Clarice Noronha; DE OLIVEIRA GOMES, Rodrigo. O multiculturalismo e os currículos dos cursos de graduação em Educação Física. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 163-176, 2013.

IWAMOTO, Thiago Camargo. **A repercussão da inclusão de pessoas transexuais no esporte**: o discurso nas redes sociais sobre o caso da jogadora **Tiffany**. 2019. 242 p. Tese (Doutorado em Educação Física)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

JAEGER, Angelita Alice et al. FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA: HOMOFOBIA, HETEROSSEXISMO E AS POSSIBILIDADES DE MUDANÇAS NA PERCEPÇÃO DOS(AS) ESTUDANTES. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, Porto Alegre, p. e25040, jun. 2019. ISSN 1982-8918. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/88681>>. Acesso em: 04 maio 2021.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. 6.ed. Petrópolis, RJ: Voes, 2012.

LEITE, Cleidiane; KLEINUBING, Neusa Dendena. Questões de gênero na formação inicial em educação física na percepção dos docentes. In: CONGRESSO

SULBRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 9., 2018, Lajeado-RS. **Anais [...]** Lajeado: Secretaria do Rio Grande do Sul do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1999.

LUZ JÚNIOR, A. **Educação Física e Gênero: olhares em cena**. São Luís: Imprensa UFMA/CORSUP, 2003.

MATOS, Thais Adriane Vieira. Discurso, gênero e diversidade sexual: o que nos dizem as falas de professoras em processo de formação docente no GDE? In: REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPED, 11., 2016. Curitiba. **Anais [...]** Curitiba: UFPR, 2016.

MEAD, Margareth. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

MELO, Victor Andrade. **Escola Nacional de Educação Física e Desportos – uma possível história**. 1996. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

MEYER, Dagmar Estermann; SANTOS SILVA, André Luiz. Gênero, cultura e lazer: potências e desafios dessa articulação. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 480-502, 2020.

OLIVEIRA, Diogo Lourenço Soares. **(Re) criando Adão e Eva: Papéis de gênero na educação das crianças portuguesas (Séc. XVIII)**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018.

PAPA defende união civil gay: o que Francisco já disse sobre homossexualidade. **BBC News Brasil**, [S. l.], 21 out. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54639743>. Acesso em: 26 jan. 2021.

QUEIROZ, Dieli Martins et al. **(Im)Possibilidades midiáticas de corpos de mulheres: Representações de graduandas em educação física**. 2018. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

REDE NACIONAL DO ESPORTE (RNE). **Igualdade de gênero: uma luta histórica que encontrou acolhida nos Jogos da Juventude**. Buenos Aires: RNE, 2018. Disponível em: <http://rededoesporte.gov.br/pt-br/noticias/igualdade-de-genero-uma-luta-historica-que-encontrou-esperanca-nos-jogos-olimpicos-da-juventude>. Acesso em: 12 set. 2020.

RIZZA, Juliana Lapa; RIBEIRO, Paula Regina Costa; MOTA, Maria Renata Alonso. Disciplinas que discutem sexualidade nos currículos do Ensino Superior brasileiro: produzindo um diagnóstico da situação atual. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 17, n. 34, p. 197-224, 2016.

RODRIGUES, Vítor Luiz Rocha. **Orientação sexual e identidade de gênero: análise da percepção dos/das professores/as de educação física escolar**. 2019. 54 f. Monografia (Graduação em Educação Física) - Escola de Educação Física, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019.

SANTOS, Geovana Almeida dos. **O pesquisador produtividade em pesquisa (CNPq) no campo da Educação Física: análise na perspectiva de gênero**. 2016. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Educação Física e Dança, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

SÃO PAULO. **PL. 504/2020**. Proíbe a publicidade, através de qualquer veículo de comunicação e mídia de material que contenha alusão a preferências sexuais e movimentos sobre diversidade sexual relacionados a crianças no Estado. São Paulo: Alesp, 05 ago. 2020.

SILVA SILVA, Amanda Alves et al. Cultura de gênero das modalidades de ginástica de academia do Brasil. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**, São Paulo, v. 8, n. 1, 2018.

SILVA, Marcelo Moraes e; FONTOUR, Mariana Purcote. Educação do corpo feminino: um estudo na Revista Brasileira de Educação Física (1944-1950). **Rev. bras. educ. fís. esporte (Impr.)**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 263-275, jun. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-55092011000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 maio 2021.

SILVEIRA, Viviane Teixeira et al. Escola de formação de "professoras": as relações de gênero no currículo superior de educação física. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Porto Alegre, v. 33, n. 4, p. 857-872, Dec. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32892011000400005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 May 2021.

SOUZA, Elaine de Jesus; SILVA, Joilson Pereira da; SANTOS, Claudiene. Representações de docentes acerca da diversidade sexual e homofobia. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 519-544, Aug. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000200519&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 May 2021.

SOUZA, Mirian Noemí Machado. Breves apontamentos acerca da marginalização e baixa qualidade de vida da população LGBT: reflexões sobre intolerância em organizações e discriminação no mercado de trabalho. **Revista UniFCV Empresarial**, Maringá, v. 10, 2018.

WACHS, Felipe et al. Percursos Distintos de Homens e Mulheres na Formação Superior em Educação Física: um estudo de caso a partir das alterações curriculares dos 70 anos de ESEF/UFRGS. **Currículo sem Fronteiras**, Brasil, v. 14, n. 1, p. 203-225, 2014.